



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 18462/17

Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais. Julga-se legal o ato e correto o cálculo de proventos elaborado pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1 TC 00736/2018

1. PROCESSO TC N.º: 18462/17

2. ORIGEM: Instituto de Previdência do Município de Cacimbas – IMCA.

3. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:

3.1. APOSENTANDO(A):

3.1.1. NOME: Inês de Medeiros Barbosa

3.1.2. QUALIFICAÇÃO: Professora, matrícula nº 173, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

3.1.3. TEMPO DE SERVIÇO: 30 anos, 07 meses e 02 dias.

3.1.4. IDADE: 65 anos.

3.2. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/03, c/c o § 5º do art. 40 da Constituição Federal/88.

3.3. DATA DO ATO APOSENTATÓRIO: 01/11/2017.

3.4. ÓRGÃO E DATA DE PUBLICAÇÃO: Diário Oficial do Município 03/11/2017.

3.5. AUTORIDADE EMITENTE: Presidente do IMCA.

4. RELATÓRIO DA AUDITORIA: Conclui que a presente aposentadoria reveste-se de legalidade, razão pela qual se sugere o registro do ato concessório.

5. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, na sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em conceder registro ao ato de aposentadoria da Sra. Inês de Medeiros Barbosa, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos feitos pelo órgão de origem.

Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE - Sala das Sessões da 1ª Câmara, Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 05 de abril de 2018.

Assinado 11 de Abril de 2018 às 10:30



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 12 de Abril de 2018 às 15:37



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO